

SOUZA, Leandro Nascimento. **Uma experiência pernambucana em Angola: o governo de João Fernandes Vieira, 1658 a 1661**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, dissertação de mestrado, 2013.

VANSINA, J. **O reino do Congo e seus vizinhos**. In: OGOT, Bethwell Allan (org.). História Geral da África Volume V. Brasília: UNESCO. 2010.

WHITE, Richard. **The Middle ground**. Cambridge University Press, 2011.

**“PACATOS, BIZARROS E A CAMINHO DA EXTINÇÃO”: OS ÍNDIOS
XUKURU-KARIRI (PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL) DESCRITOS POR IVAN
BARROS E LUIZ B. TORRES**

BRUNEMBERG DA SILVA SOARES
UFCG
brunemberg@hotmail.com

EDSON SILVA
UFCG
edson.edsilva@hotmail.com

RESUMO

Este texto tem como objetivo problematizar a forma como os índios Xukuru-Kariri são representados no município de Palmeira dos Índios-AL, considerando a romantização e mitificação nos escritos, imagens e símbolos oficiais, vistos como formas de manipulação por parte das oligarquias locais, que exaltam e defendem utilizações de imagens do índio, frente aos conflitos fundiários que ocorrem na região. Realizamos a pesquisa a partir da análise dos escritos de Luiz Barros Torres e Ivan Barros, principais memorialistas de Palmeira dos Índios; cujas produções compõem a “história oficial” e influenciaram na criação de aspectos importantes, a exemplo da bandeira e do hino municipal. Nossas reflexões baseiam-se em estudos de autores como João Pacheco de Oliveira (1994), Adelson Lopes Peixoto (2013), Eric Hobsbawn (1997), Roger Chartier (1990), Stuart Hall (2015), dentre outros.

Palavras-chave: Imagens; Índios; Representação.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Durante muito tempo, a participação dos povos indígenas na História foi negada pela historiografia brasileira, assim, grande parte dos estudos históricos e antropológicos referentes aos povos indígenas, principalmente no Nordeste, destacava-

os apenas como seres idílicos e exóticos, sobreviventes de um passado colonial de opressão e que inevitavelmente caminhavam para o desaparecimento. Dessa forma, essa negação do protagonismo indígena contribuiu para a criação de estereótipos e preconceitos que justificaram e perpetuaram a exclusão histórica desses povos.

Nesse sentido, o município de Palmeira dos Índios configura-se como um local em que o processo de apropriação de terras, de expulsão e de negação histórica e social dos povos indígenas, procedimento observado na História do Brasil, pode ser estudado em suas mais diversas etapas. Erigida em território tradicional indígena, a cidade tem sua história marcada por conflitos territoriais e ideológicos, onde as disputas iniciais fizeram com que a imagem dos índios, habitantes do referido município, fosse distorcida, contribuindo para a disseminação de estereótipos e preconceitos, frutos não somente da desinformação, mas também da interferência das oligarquias na construção das imagens e discursos oficiais no município.

A utilização da imagem dos Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios tem como resultado a legitimação da distinção não apenas entre os índios que atualmente vivem no entorno da cidade e a população não indígena, mas entre os índios da atualidade e aquele supostamente corresponde ao ideal de índio (o que está desenhado na bandeira, exposto em público, na forma de estátua, e descrito na história oficial do município). A ideologia dominante marginaliza esse grupo, ao mesmo tempo em que se utiliza da do seu “poder simbólico” (BOURDIEU, 1998) para reproduzir sua ideologia e garantir a manutenção da realidade por ela construída.

A história na sua versão oficial, escrita pelas elites, tem o poder de privilegiar determinado acontecimento, ao passo em que pode silenciar, ou mesmo marginalizar grupos ou personagens, afastando-os ao máximo da cultura dominante. Em Palmeira dos Índios, a camada mais próspera da sociedade, conseqüentemente os detentores do poder, sempre fez parte dos invasores e posseiros das disputadas terras indígenas, assim a história oficial foi construída pelos adversários dos índios, que trataram de os retratar como seres místicos do passado, ocultando sua presença no período posterior a essa fase inicial, a fim de silenciá-los, provocar um esquecimento na história local.

A função seletiva da narrativa proporciona a manipulação ideológica tanto do esquecimento quanto da rememoração, de modo a justificar a dominação de grupos que detêm o controle da construção dessa narrativa oficial. Do mesmo modo, a discussão sobre a dinâmica da lembrança e do esquecimento, em relação à construção de uma memória sobre determinado fato ou povo, promovida por Jeanne Marie Gagnebin

(2006), demonstra como a memória de um dado povo, em uma dada época, está sujeita à eventuais disputas; visto que a produção das narrativas históricas ou versões oficiais envolvem essa dinâmica seletiva, onde o esquecimento é realizado por grupos dominantes que manipulam tal produção.

Em vista disso, e considerando que o historiador possui como sua função dar voz ao não-dito (CERTEAU, 1982), este trabalho se propõe a descrever como essa imagem é construída e utilizada. Para tanto, será necessário analisar a construção da “identidade palmeirense”, entendida como resultado de tradições inventadas (HOSBSBAW e RANGER, 1997) que moldam a identidade regional (HALL, 2015) e possibilitam a imaginação dessa comunidade (ANDERSON, 2008).

O LÓCUS DA PESQUISA

A história de Palmeira dos Índios, município do Agreste alagoano, é marcada por conflitos territoriais e ideológicos entre o povo Xukuru-Kariri, primeiros habitantes da região, e a elite econômica não indígena, local, que migrou para esse território em fins do século XVIII e passou a ocupar as melhores terras e a expulsar os índios da planície, onde posteriormente fundou-se uma cidade cuja organização social foi influenciada por disputas territoriais entre posseiros (invasores e ocupantes de terras indígenas) e índios que foram gradativamente expulsos de suas terras e forçados a fugirem para as intermediações do município, principalmente as serras, ou a negar sua identidade e a viver em meio a uma sociedade opressora (MOREIRA, PEIXOTO E SILVA, 2008).

Mesmo estando, desde o início da formação da vila de Palmeira dos Índios, envolvidos em conflitos fundiários com a elite local, os índios Xukuru-Kariri foram adotados como símbolo do município; passando a fazer parte do patrimônio histórico e memorial da cidade, têm sua imagem estampada nos símbolos oficiais do município, nomeiam vários estabelecimentos comerciais e locais públicos; são descritos na “história oficial” do município como seres mitológicos, de modo a proporcionar-lhe uma certa singularidade, servindo como testemunho de que a história de Palmeira dos Índios é peculiar, em relação aos municípios vizinhos.

Essa referência a esse povo foi feita por memorialistas locais, que se propuseram (na segunda metade do século XX) a escrever sobre a formação do município e, conseqüentemente, a determinar o lugar do índio nesse desenrolar

histórico. Para esses escritores, sendo Luiz B. Torre e Ivan Barros os mais importantes, a participação dos Xukuru-Kariri na formação do município se restringe unicamente ao momento de fundação, quando se ergueu um povoamento em suas terras; os índios são descritos a partir de uma visão mítica, que os representa como seres idílicos, como personagens deveras importantes, porém que ficaram no passado.

A elaboração do passado palmeirense é feita a partir da concepção dos grupos dominantes; predomina a sua narrativa, criando uma identidade coletiva que tende a privilegiar acontecimentos ligados à elite, ao passo que silencia a resistência indígena e, portanto, tende a fixar no imaginário local a imagem de um índio mitológico e romantizado, em detrimento dos índios históricos, que passaram por um agressivo processo de expulsão e negação cultural e social.

Em face da disseminação de estereótipos e imagens deturpadas dos Xukuru-Kariri, os índios da atualidade, a partir de comparações com os descritos pela história oficial do município, passam a serem vistos, por grande parte da população, como empecilhos ao crescimento local e como causadores dos conflitos fundiários existentes no município.

AS CONTRIBUIÇÕES DE LUIZ BARROS TORRES E IVAN BARROS PARA A “HISTORIOGRAFIA” PALMEIRENSE

Os primeiros a escrever sobre a formação do município de Palmeira dos Índios e sobre o povo indígena que nele reside foram Luiz Barros Torres e Ivan Barros, tendo ambos produzido textos, publicado livros e artigos em jornais. Dentre as obras desses autores, as mais relevantes para a discussão proposta certamente são: “A terra de Tilixi e Tixiliá: Palmeira dos Índios dos séculos XVIII e XIX” (publicada em 1975) e “Os Índios Xukuru e Kariri em Palmeira dos Índios” (publicada em 1974), de Luiz B. Torres; e “Palmeira dos Índios: terra e gente” (publicada em 1969), de Ivan Barros, nas quais os autores contam a história da cidade, descrevem seus sujeitos e tratam da questão indígena, traçando a história dos Xukuru-Kariri desde antes da fixação no território que mais tarde viria a pertencer a Palmeira dos Índios.

Embora essas obras não sejam fruto de estudos aprofundados da temática indígena, nem disponham de amplos resultados, são de fundamental importância para o entendimento do lugar do povo Xukuru-Kariri na história do município, bem como da forma como ele é visto e representado pela “história oficial”, que os reconhece como

povo verdadeiramente indígena apenas no momento de formação da cidade, depois os utiliza como ícone folclórico. Para o antropólogo José Adelson Lopes Peixoto: “Com a ausência de referência a qualquer reação, começa, nessas obras, a criação da imagem do índio ingênuo, talvez aos moldes do nativo descrito na Carta de Caminha”. (PEIXOTO, 2013, p.48)

As observação de Peixoto partem da constatação de que a partir desses relatos iniciais sobre a fixação de colonos nessa região, os índios são deixados de lado nas narrativas, fato que transmite a ideia de que estes foram “superados” pelo progresso iniciado com a chegada do branco, sendo convertidos ao catolicismo e submetidos ao julgo dos não indígenas, passando assim da condição de primeiros donos dessas terras para a de derrotados que se tornaram observadores passivos das mudanças que estavam acontecendo ao seu entorno. Nas palavras de Ivan Barros:

A obra catequética do Frade, foi empolgante. Dezenas de núcleos onde reuniam a indiada, pacificando-a, incorporando-a a um novo sistema de vida, surgiram por diligências do intrépido missionário. A dinâmica da conquista se fazia sentir por todos. [...]. E felizes, os nativos passaram a dominar a caça, a pesca nos riachos. Rasgaram o ventre da terra e fecundaram-na com sementes de algodão, feijão e mandioca. Faziam a colheita de poucos vegetais. E muitas vezes tomavam o “grulijó” (bebida de mandioca) e baforando “canabis-sative” em quakis, enebriados, dançavam o tore, invocando, em trajes bizarros, altas horas da noite, o Rikukilhiá (deus da floresta), num estranho culto. (BARROS, 1969, p. 22)

Os índios descritos por Ivan Barros são seres ingênuos e passivos que aderiram prontamente ao plano catequético de Frei Domingos de São José²²⁹, fazendo da “santa obra” uma empreitada “empolgante”, a partir da qual foram “conquistados” e “pacificados”. É notável a presença da influência do mito do “bom selvagem” no seu relato, o qual descreve índios “felizes” que aprendem a praticar a agricultura;

Está presente também, em seus escritos, a ideia de inferioridade cultural dos índios diante da civilidade do não indígena. Não esqueçamos de destacar o exotismo e o estranhamento presentes nos escritos do autor, que insiste em evidenciar os estranhos costumes indígenas, como o toré, que é realizado em “trajes bizarros” e num “estranho culto”. Segundo o autor, “a indiada não resistiu à evolução voraz da civilização branca”;

²²⁹ Ambos os autores consideram como marco da formação de Palmeira dos Índios o ano de 1770, data na qual Frei Domingos de São José chega ao território dos Xukuru-Kariri, com o objetivo catequizá-los, funda o aldeamento e uma igreja, na planície da região, propiciando o início do processo de migração para a área.

foram esquecidos depois da extinção de sua aldeia, onde antes “viviam afastados, numa promiscuidade desumana, num canto de terras, e assistiam o próprio ocaso da raça” (BARROS, 1969, p. 25).

Em se tratando de comparações e da definição dos índios como seres decadentes, cabe citar o próprio Luiz B. Torres, que partilhava de tal ideia e inclusive a expos em alguns artigos publicados em jornais, como o texto intitulado “Índios Xucuru Kariri, uma raça em extinção” publicado em 31 de março de 1977 no Jornal de Alagoas, no qual apresentou os Xukuru-Kariri como um povo que não mais falava sua língua original, não dispunha da posse de terras suficiente para sua sobrevivência e que possuía “pouca tradição”. Descreve-os como decadentes, que “conservam” um pouco do ritual religioso tradicional, mas que estavam numa situação denominada como “crepúsculo de uma raça”.

É esta a dolorosa realidade a que deverão chegar os xucuru-kariri e outras muitas tribos por este Brasil afora. Aculturados sem apelação, vão assimilando costumes incompatíveis com a índole indígena. A luta pela vida, a submissão às exigências da sociedade dominante e as investidas de várias seitas religiosas terminarão por despersonalizá-los totalmente. Daqui a 50 ou menos anos, os filhos e netos dos atuais remanescentes serão triturados pela sociedade de consumo [...]. As vantagens do mundo moderno terminarão por fazê-los esquecer as tradições de sua raça. (TORRES, 1977, p. 2)

Torres acreditava na tese de que os povos indígenas caminhavam para uma inevitável assimilação cultural, seus escritos deixam clara a sua posição quanto a esse fato, ao esboçar uma imagem do povo Xukuru-Kariri como uma “raça em extinção”, isto é, um grupo que perdeu a “pureza cultural” e a glória dos tempos por ele descritos e que agora encontra-se num estado de decadência cultural, no qual seus costumes tradicionais vão sendo substituídos por práticas dos não índios.

O autor destaca que as mudanças nas sociedades indígenas são frutos de imposição de uma cultura dita superior, que cerca as comunidades indígenas, e por religiões que insistem na investida de catequizar o índio. Não apenas enfatiza o fato dessa tentativa de assimilação existir, mas a descreve como triunfal, negando a resistência indígena e as dinâmicas internas da comunidade. Uma visão sobre os povos indígenas que os percebe “[...] caminhando sempre sobre a linha reta que leva da fase áurea, anterior ao contato, para a de decadência, durante o contato e, finalmente para o indefectível desfecho é a extinção” (ARRUTI, 1995, p. 59).

As referências aos Xukuru-Kariri nos escritos de Ivan Barros e Luiz B. Torres seguem essa linha de pensamento em relação aos povos indígenas; ambos tiveram grande influência na construção do que podemos chamar de versão oficial da história do município, que ainda é referenciada.

A INVENÇÃO DE UMA PALMEIRA DOS ÍNDIOS IMAGINÁRIA

É destacado por autores que estudam a formação das nações modernas e da identidade nacional, tais como Benedict Anderson (2008), Eric Hobsbawm (1997) e Stuart Hall (2015), que as narrativas dos estados-nações são forjadas por um determinado grupo ou parcela da sociedade que visa justificar a existência e fundamentar suas respectivas comunidades. As tais narrativas “justificadoras” das nações são alicerçadas na construção de uma “história oficial”, que fornece “uma série de histórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais [...], as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação” (HALL, 2015, p.31).

Em se tratando da construção histórica e mnêmica da identidade local o empreendimento não é diferente. Ao analisarmos de forma cuidadosa a história de Palmeira dos Índios, percebemos que essa construção de uma narrativa oficial que dá sentido à localidade foi também realizada nesse município. O apego às origens, a invenção de tradições que permitem a identificação mútua entre os palmeirenses, e a ênfase no mito de fundação, são as características que sustentam a produção de uma Palmeira dos Índios imaginária, isto é, fundamentada nos devaneios literários de Luiz Barros Torres, porém que não ficou restrita ao campo da literatura.

Como dito acima, B. Torres foi um memorialista do século XX que escreveu sobre Palmeira dos Índios; sua formação, seu povo e sua formação histórica. Dentre os textos por ele escritos, destaca-se o livro *A terra de Tilixi e Txiliá: Palmeira dos Índios Séculos XVIII e XIX*, publicado em 1973. Nesse livro, que se tornou uma das principais referências sobre a história local, onde Torres tece uma narrativa que une ficção à fatos documentados, é contada a história de fundação de Palmeira dos Índios a partir de uma lenda por ele produzida, que foi tomada por muitos como verdade.

A lenda conta que os Xukuru-Kariri habitavam as matas de Palmeira dos Índios e tinham como chefe o cacique Etafé, que aguardava a puberdade da formosa índia Txiliá (filha de Taci) para poder com ela casar-se. Porém, a jovem índia estava

apaixonada por seu primo Tilixi; a proximidade entre os dois primos fazia com que o cacique, com ciúmes, os vigiasse constantemente. Certo dia, durante uma festa tribal, Tilixi, ao receber de sua prima um pouco de bebida fermentada, beijou Txiliá; ao ver tal cena, o cacique, enfurecido, condenou Tilixi a morrer por inanição, preso ao solo, longe do acampamento, e exposto ao sol.

Ao ouvir os gritos de socorro, proferidos por seu amado, Txiliá pede a Frei Domingos de São José que lhe de a cruz que ele carregava no pescoço, para que pudesse “plantá-la ao lado do moribundo, para que dela nascesse uma palmeira, debaixo da qual ele pudesse sofrer menos” (TORRES, 1973, p. 54). Não conseguindo convencer a jovem índia a desistir, o padre entregou-lhe a pequena cruz. Contrariando a proibição do cacique, Txiliá vai ao encontro de seu amado, vai ao encontro de Tilixi, nesse momento, é atingida por uma flecha, atirada pelo ciumento cacique.

Ainda segundo a lenda, no local em que o casal morreu nasceu uma “frondosa palmeira”, tomada por Frei Domingos como um milagre, o símbolo do mais puro gesto de fé. A “confiança no onipotente poder de Deus”, demonstrada por Txiliá, fez com que o padre reunisse as forças necessárias para a edificação do município. Segundo Torres;

O milagre produziu no frade um êxtase místico, durante o qual teve uma visão profética do que seriam o povo e a cidade nascidos do heroísmo do amor. Só poderiam gozar de grandeza tal povo e tal lugar batizados pelo gesto maior que homens podem praticar: a vida em troca do elo perfeito que une a humanidade – o amor. (TORRES, 1973, p. 56)

Torres reproduziu a lenda em vários de seus escritos e publicou inclusive uma revista em quadrinhos retratando a história de amor do casal Tilixi e Txiliá, com falas e desenhos seus; a partir disso, a história passou a ser contada e recontada, até hoje. Ao utilizar informações históricas na sua narrativa ficcional, como a presença de Frei Domingos de São José, Torres fez com sua história fosse citada e aceita localmente como o mito fundacional da cidade.

Se considerarmos que “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (HOBSBAWM e RANGER, 1997, p.21), perceberemos que os mártires da lenda de Torres possibilitaram a fundação da cidade, inspirando seu nome e representando a amistosa relação entre o povo Xukuru-Kariri e Frei Domingos. A respeito da invenção do mito fundacional de nações, Stuart Hall afirma que se trata de:

Uma história que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo, não do tempo “real”, mas de um tempo “mítico”. Tradições inventadas tornam as confusões e os desastres da história inteligíveis, transformando a desordem em “comunidade”. [...]. Eles fornecem uma narrativa através da qual uma história alternativa ou uma contranarrativa, [...], pode ser construída [...]. Novas nações são, então, fundadas sobre esses mitos. (Hall, 2015, p. 33)

A influência da lenda fundacional criada por Torres, vai além da leitura nas escolas do município na semana do dia do índio. Essa estória inspirou a produção da bandeira do município²³⁰, tendo o casal protagonista da lenda desenhado em seu brasão, sendo a lenda ratificada nesse ícone oficial e no próprio hino²³¹ do município, que foi composto sob influência da lenda; os símbolos máximos da identidade de Palmeira dos Índios são inspirados numa ficção. Como afirma Hobsbawm (1997), as tradições são impostas através da repetição e da perpetuação de determinado discurso por parte da camada socialmente superior, em uma sociedade organizada e hierárquica.

A visão sobre os índios Xukuru-Kariri, lendários e idílicos, concebida por Luiz B. Torres não se restringiu a seus escritos. A repercussão de sua lenda fez com que fosse projetada uma imagem do índio como ser idealizado, lendário e puro; possuidor de certas características físicas e culturais que não mais são encontradas nos que atualmente vivem na região, tendo em vista o processo histórico de opressão pelo qual passaram. Dessa forma, essa representação deturpada é muitas vezes tomada como verdade, criando assim um modelo de índio deslocado da realidade sócio-histórica, substituindo a realidade pela imaginação, o que corresponde a tomar “os signos visíveis como provas de uma realidade que não o é.” (CHARTIER, 1990, p.22).

Nessa relação de símbolos oficiais tomados como referência, o que prevalece sobre o povo Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios não é a opinião ou a memória construída historicamente a partir do contato social entre a população indígena e não indígena, mas sim a imagem construída por um grupo isolado, representado um intelectual que a moldou segundo sua visão e interesse próprio.

²³⁰ No dia 10 de dezembro de 1968 entrou em vigor a Lei Municipal Nº 691 que instituiu o hino oficial e os símbolos do município de Palmeira dos Índios. Fonte: Acervo pessoal de Luiz B. Torres – Núcleo de Estudos Políticos, Estratégicos e Filosóficos (NEPEF) – Universidade Estadual de Alagoas, Campus III – Palmeira dos Índios/AL.

²³¹ O hino de Palmeira dos Índios, escrito por Luiz B. Torres e José Gonçalves, canta acidade como “nascida de uma cruz” e como possuidora de uma “origem secular nos heroicos Xucurus de bravura e fê sem par”; referências à lenda criada por Torres. Fonte do hino: <http://apalca.com.br/hino-de-palmeira-dos-indios/>

Considerando que “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor a sua concepção de mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990, p. 17), podemos perceber que as representações sociais possuem posição política; a necessidade de relacionar o índio a um padrão que remete a um passado distante é resultado da tentativa de descaracterizá-lo.

Esse tipo de descrição histórica, parte do modelo historiográfico adotado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 para que fosse escrita a história oficial do Brasil, o qual escolheu os índios como componentes dessa história da gênese nacional, usando-os como elemento “crucial na elaboração de uma mitografia fundacional do país” (MONTEIRO, 1999, p.238).

O índio idealizado por Luís B. Torres é uma continuação da concepção do índio romântico, um ser “idealizado do passado”, um dos modelos²³² de índios presentes no discurso histórico desse período. Essa idealização fez com que os índios fossem, por determinado momento, enaltecidos pelos escritores, artistas, músicos e até pela historiografia nacional, numa tentativa de exaltar uma das raças fundadoras da nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir a imagem do Xukuru-Kariri nas narrativas e símbolos oficiais do município de Palmeira dos Índios é uma tarefa muito instigante e desafiadora, pois a partir do entendimento da construção dessas representações podemos entender aspectos que estão ligados à história local. Questões econômicas, sociais e históricas estão ligadas a criação e manutenção dessas representações que sustentam a “identidade” palmeirense, forjada a partir de uma construção lendária e imagética que representa os índios como seres folclóricos, como ícones da singularidade histórica e cultural do município, idealizados e representados nos símbolos oficiais, seu nome é estampado em fachadas de pontos comerciais, ou palavras que lhes fazem referência são usadas para alcunhar locais públicos.

Com isso, se fixa no imaginário local a imagem de um índio mitológico, possuidor de padrões físicos e características exóticas, em uma localidade em que

²³² Segundo Maria Regina Celestino de Almeida (2010), são três as imagens dos índios no século XIX: a de índios “idealizados do passado”, a dos índios como “Bárbaros do sertão” e a dos índios como “degradados” das antigas aldeias.

conflitos fundiários fazem parte de sua história (desde sua fundação), influenciando na forma como eles são vistos e representados. Tal imagem fortifica o discurso dos posseiros, que aproveitam a comparação entre os índios atuais e os idealizados para evocar estereótipos e preconceitos que sirvam para negar-lhes a identidade e assim o direito à posse das poucas terras que ocupam. A presença indígena só é reconhecida quando tal fato é conveniente à composição de uma imagem particular do município.

A história possui um alto valor, o passado é uma construção em disputa, cujo monopólio permite que determinado grupo se mantenha na posição de domínio, justificando suas ações a partir da negação e do silenciamento de sujeitos, de acontecimentos ou mesmo de grupos. As narrativas históricas dominantes ou as versões oficiais tendem a ser tecidas em meio a disputas de memórias e de discursos, por isso, o passado deve ser constantemente retomado e analisado, visto que é fruto de seleções de acontecimentos e versões moldadas a partir de interesses de determinado grupo em detrimento do esquecimento de outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. (Memória e Sociedade).
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- HALL, Stuart, **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das tradições**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MONTEIRO, John Manoel. Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios. In NOVAES, Adauto (org). **A outra margem do ocidente**. São Paulo, Companhia da Letras, 1999.

SILVA, Edson Hely. **Povos indígenas no Nordeste**: contribuição a reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. Disponível em:<<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme>> Acesso em 22/11/2015.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **Mana**, vol.4, n°.1, p.47-77, Abr. 1998.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto**: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa, 2013.

TORRES, Luiz B. Índios Xucuru Kariri, uma raça em extinção. **Jornal de Alagoas**. Alagoas, p.11, 31 de Mar. De 1977.